

Crédito deve manter em 2026 trajetória de desaceleração

Redução de juros pode ajudar, mas endividamento das famílias e desaceleração da atividade econômica prescrevem cautela

Por [Lais Godinho](#) e [Álvaro Campos](#) — De São Paulo

29/12/2025 05h02 · Atualizado há um dia

O crescimento do crédito bancário no Brasil desacelerou neste ano, em movimento já esperado diante dos efeitos da política monetária restritiva, e deve seguir perdendo fôlego em 2026, ainda que de forma moderada.

Especialistas veem pouca margem para a retomada de um ritmo mais forte, mesmo com o provável início de um ciclo de corte de juros no primeiro trimestre.

O elevado endividamento das famílias e a desaceleração da atividade econômica sugerem cautela, enquanto a inadimplência não mostra uma tendência clara, mas certa preocupação em alguns segmentos, em especial no de pequenas e médias empresas (PMEs).

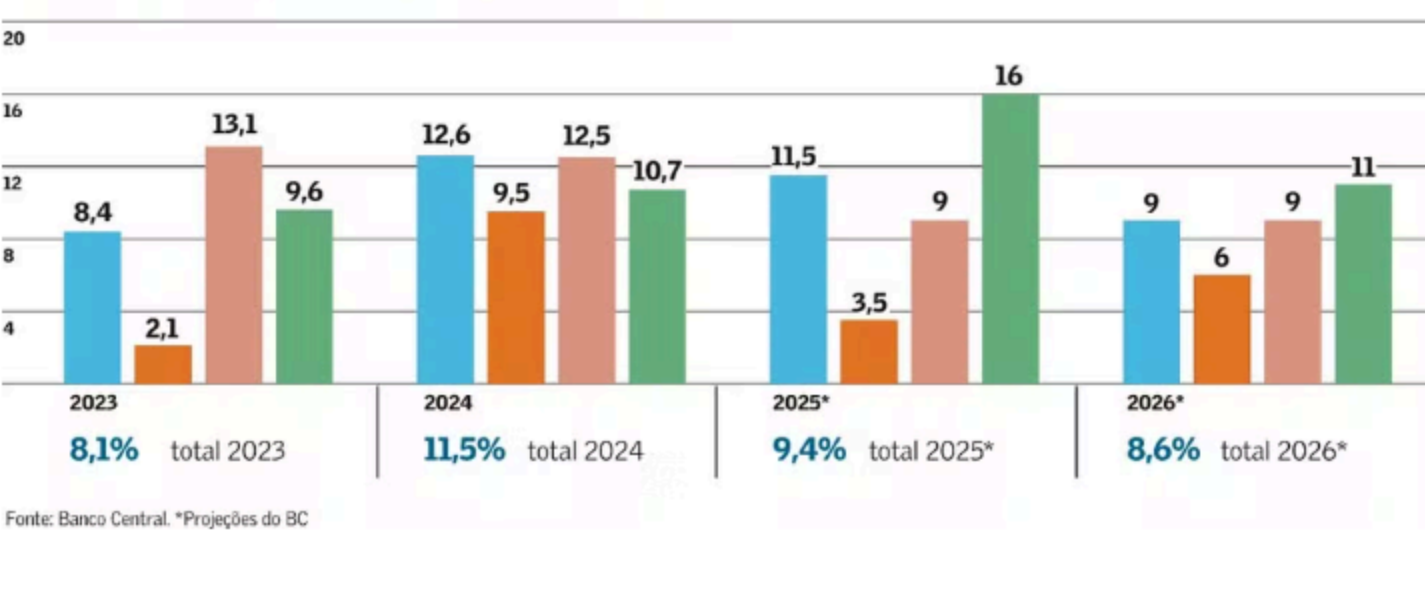
Após crescer 11,5% em 2024, o crédito deve avançar 9,4% neste ano, segundo projeção do Banco Central (BC) divulgada no Relatório de Política Monetária. A desaceleração tende a ser mais intensa no crédito livre para pessoas jurídicas, cuja expansão estimada é de 3,5% em 2025, ante 9,5% no ano passado. No crédito livre às famílias, a perda de ritmo é mais moderada - a projeção é de crescimento de 11,5%, frente a 12,6% em 2024. Porém, há deterioração na qualidade da carteira, com aumento da participação de modalidades emergenciais, como cheque especial e crédito rotativo do cartão.

Para 2026, a expectativa é de um cenário mais estável, porém com crescimento ainda fraco. A projeção do Banco Central para o próximo ano é de expansão de 8,6%. A autoridade monetária estima crescimento de 9% no crédito livre às famílias e também de 9% no crédito direcionado. Para a carteira de pessoas jurídicas, são esperados avanços de 6% no crédito livre e de 11% no direcionado, respectivamente.

Para Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 2026 tende a ser parecido com este ano, com fatores bons e ruins e um resultado líquido levemente positivo - possivelmente. “No lado positivo, temos a flexibilização da política monetária, um cenário internacional com menos incertezas. Como pontos de atenção, a economia deve crescer menos, as famílias estão com um nível elevado de comprometimento de renda. Colocando tudo isso no liquidificador, vejo certa cautela no crédito, mas não um pé no breque”, diz.

Desaceleração do crédito

Perda de fôlego em 2026 tende a ser mais moderada - variação em 12 meses (%)



A pesquisa da Febraban com seus associados indica que o crédito deve crescer 7,9% em 2026, após a expansão de 8,9% prevista para este ano.

O crescimento de linhas mais arriscadas neste ano contribuiu para a piora dos indicadores de inadimplência. Parte da elevação também foi influenciada por mudanças regulatórias nas regras de provisão de crédito no início deste ano, com a resolução nº 4.966 do BC, que alterou a forma de reconhecimento do risco pelas instituições financeiras e os prazos para que créditos inadimplidos sejam baixados a prejuízo.

Na avaliação de Claudia Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV EAESP, o cenário observado em 2025 reflete um período de ajuste no mercado de crédito, marcado pela combinação de juros ainda elevados e inadimplência persistente. “O que a gente viu ao longo de 2025 foi um ano de ajuste. Teve uma desaceleração do crédito livre”, afirma. “Tudo isso é uma consequência da taxa de juros ainda elevada.”

Outro fator que surpreendeu negativamente em 2025 foi o aumento da inadimplência no agronegócio, afetando principalmente instituições mais expostas ao segmento, como o Banco do Brasil. A desaceleração nos preços de commodities e uma explosão nos pedidos de recuperação judicial no campo, juntamente com algumas mudanças de regras contábeis, fizeram a inadimplência disparar. No fim do ano foi operacionalizada a chamada medida provisória (MP) do Agro, que liberou R\$ 12 bilhões para renegociação de dívidas rurais com juros reduzidos e prazos longos, mas os efeitos devem ficar mais para 2026.

Isabela Tavares, economista sênior da Tendências Consultoria, projeta um cenário de crescimento baixo do crédito no próximo ano, embora com alguma melhora na qualidade da carteira. “A gente ainda espera um ritmo pequeno de crescimento das concessões, elas vão continuar aí quase com uma estabilidade em relação a 2025”, afirma. Segundo ela, programas lançados neste ano devem ajudar a reduzir o comprometimento de renda e melhorar o perfil do crédito.

Na mesma linha, Yoshinaga vê espaço para alguma melhora em 2026, mas sem uma retomada mais forte. “Deve melhorar porque, quando a gente fala de juros, qualquer redução melhora o custo do crédito e isso potencialmente vai incentivar a demanda, especialmente para o mercado de pessoas físicas”, diz, acrescentando que isso não significa que a taxa Selic vá “cair para caramba” e “bombar o mercado de crédito”.

Apesar desse cenário um pouco mais favorável, Yoshinaga avalia que a postura das instituições financeiras deve seguir conservadora ao longo do próximo ano. “Está todo mundo tentando ser mais cauteloso na concessão. Precisa dar crédito, porque é o jeito como o banco faz dinheiro, mas nessa ideia de ser um pouco mais cauteloso. Então, créditos com garantia, produtos com lastro, FGTS, consignado, de alguma maneira tendo um pouco mais de respaldo na hora de fazer a concessão de crédito”, diz.

Luiz Castelli, gerente de economia da Febraban, aponta que neste ano o crédito direcionado para pessoa jurídica teve um impulso muito grande de programas governamentais, o que não deve se repetir em 2026. Isso pode acabar estimulando o crédito livre e também os mercados de capitais. Nos últimos meses, houve um certo receio de uma crise no crédito, com os instrumentos de dívida de muitas empresas acendendo um alerta para os investidores, tanto no Brasil quanto no exterior. Ainda assim, Sardenberg acredita que se trata de casos pontuais e não de um problema sistêmico. “Esse tema de uma possível crise no crédito privado não é uma preocupação central, digamos assim. Ainda que tenhamos visto alguns casos grandes, são questões localizadas.”

A pesquisa da Febraban indica que a inadimplência tende a ficar estável em 2026, em 5,1%, após um ano de ajustes em 2025 por causa das mudanças trazidas pela resolução 4.966 do BC. Para Sardenberg, não é provável que haja uma reversão de provisões, mas se espera uma certa estabilização da inadimplência. “Os bancos estão muito de olho nisso, a expectativa é que se caminhe na direção de uma estabilidade. Se isso não acontecer, seria um sinal importante de cautela.”

Para Tatiana Pinheiro, economista da Galapagos Capital, a política monetária permanece restritiva e isso deve manter a inadimplência mais ou menos pressionada. “No ano que vem não deve ter muita folga. Os juros e a perda de força no mercado de trabalho devem impactar a capacidade de famílias e empresas de honrarem suas contas.”

Entre os principais destaques para 2026 está o crédito imobiliário. “O imobiliário é uma modalidade bem importante para os bancos e ela tem uma melhor qualidade, porque os juros são mais baixos e os prazos, mais longos”, diz Tavares. Em 2025, houve a criação da faixa 4 do Minha Casa Minha Vida, voltada para famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil, e do programa Reforma Casa Brasil, além de mudanças no “funding” imobiliário. “O principal destaque para 2026 é o aumento do funding, porque isso vai acabar liberando bastante crédito.”

Outro ponto relevante é o novo consignado privado, lançado em março deste ano. Apesar de ter inadimplência mais elevada em relação ao modelo anterior, o produto ainda está em fase de adaptação e especialistas avaliam que ele apresenta condições melhores do que outras linhas emergenciais. Nesse contexto, Yoshinaga afirma que o consignado privado foi um “momento importante em termos de crédito neste ano”. Pinheiro, da Galapagos, aponta que a média mensal de concessão da modalidade passou de R\$ 1,7 bilhão no modelo antigo para R\$ 4,7 bilhões na nova versão. “É uma linha que está crescendo forte, mas ainda é pequena, cerca de 2% das concessões de recursos livres”, diz.